

§ 6º - Fica proibida a contratação de serviços de impressão e publicação de material no âmbito dos Projetos de Cooperação Internacional.

§ 7º - Fica proibida a contratação de serviços de diagramação e de projetos gráficos no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica Internacional.

§ 8º - Fica proibida a aquisição de quaisquer tipos de equipamentos no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica Internacional.

CAPÍTULO VI

DOS NOVOS PRODOP

Art. 9º - Este CAPÍTULO compreende os procedimentos a serem seguidos quando da elaboração de um novo Documento de Projeto (Prodop).

§ 1º - Antes da elaboração da minuta, o tema objeto do novo Prodop deve ser submetido à aprovação prévia do Presidente do CGCOP.

§ 2º - O fluxo de aprovação a ser observado será:

I - a área submete o tema à aprovação do Presidente do CGCOP.

II - a área, juntamente com o Organismo Internacional, elabora a minuta do documento de projeto caso haja a aprovação, por parte do Presidente do CGCOP.

III - a área encaminha a minuta do Documento de Projeto para análise do CGCOP.

IV - a área elabora parecer técnico e encaminha a minuta do Prodop à área jurídica competente, após o pronunciamento do CGCOP.

V - a área encaminha à Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) o Documento de Projeto para fins de análise e aprovação, acompanhada do pronunciamento técnico e jurídico.

VI - a área providencia a publicação do extrato de projeto, no Diário Oficial da União, após a aprovação do Prodop, por parte da ABC/MRE e conseqüente assinatura pelas três partes (organismo internacional, órgão executor e ABC/MRE).

VII - a área indica o diretor nacional e o coordenador executivo do Projeto, por meio de publicação de portaria no Diário Oficial da União.

§ 3º - Durante o processo de elaboração do novo Prodop deverão ser observadas todas as recomendações, alertas e determinações dos órgãos de controle.

CAPÍTULO VII

DO SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Art. 10 - A partir da implementação do Sistema de Gestão e Acompanhamento de Projetos de Cooperação Internacional (SGP) todos os procedimentos relativos à tramitação de termo de referência, para contratação de consultoria especializada, a publicação de edital do processo seletivo, deverão ser processados de forma eletrônica, a partir de módulos específicos do Sistema.

§ 1º - A tramitação de solicitações, no âmbito do SGP, somente será possível a partir do cadastramento dos projetos de cooperação internacional.

§ 2º - O estabelecimento da data para a tramitação dos documentos, por meio do SGP, será formalizado pela Assessoria Técnica do CGCOP;

§ 3º - O treinamento dos funcionários das UGP deverá ser demandado, sempre que possível, à Assessoria Técnica do CGCOP.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 - Esta Norma Operacional será publicada no Diário Oficial da União e estará disponível na Rede Interna de Computadores do MEC (IntraMEC).

Parágrafo Único. A aplicação desta Norma não desobriga do cumprimento da legislação vigente e dos procedimentos operativos dos organismos internacionais parceiros.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÕES

Na Súmula referente à Reunião Ordinária de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 8/4/2011, Seção 1, pp. 25-27, no Parecer CNE/CES 47/2011, p. 27, no Voto do relator, onde se lê: "instalada na Rua Amaro Alexandre, nº 56, Centro, no Município de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro", leia-se "instalada na Rua Elízio da Costa Santos, s/nº, bairro Montese, no Município de São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro".

Na Súmula referente à Reunião Ordinária de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 23/9/2010, Seção 1, pp. 30-32, no Parecer CNE/CES143/2010, p. 30, no Voto do relator, onde se lê: "no sentido de que a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação providencie o recolhimento dos arquivos e registros acadêmicos das faculdades acima citadas...", leia-se "no sentido de que a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica providenciem, correspondentemente às suas competências, o recolhimento dos arquivos e registros acadêmicos das faculdades acima citadas...".

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 791, DE 12 DE ABRIL DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Nota Técnica nº 45/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC e o Despacho SESu nº 35/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC, que declarou como definitiva a decisão de desativação do curso de Letras constante do Despacho nº 03/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, publicado no DOU em 19/01/2011, resolve:

Art. 1º. Determinar o encerramento da oferta do curso superior de licenciatura em Letras, e habilitações (códigos 17574 e 28586), ofertado pela Faculdade de Educação de Alta Floresta, autorizado pelo Decreto Federal sem número, publicado no Diário Oficial da União em 26 de julho de 1995, para fins de aditamento, vedando-se novos ingressos e garantindo-se a finalização das turmas existentes.

Art. 2º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos ingressantes até 11 de junho de 2010, o curso superior de licenciatura em Letras, e habilitações (códigos 17574 e 28586), com 160 (cento e sessenta) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdade de Educação de Alta Floresta, na Avenida Leandro Adorno, s/nº, na cidade de Alta Floresta, no Estado de Mato Grosso, mantida pela União das Faculdades de Alta Floresta, com sede na cidade de Alta Floresta, no Estado de Mato Grosso.

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PORTARIA Nº 289, DE 11 DE ABRIL DE 2011

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora, no exercício da Reitoria e no uso de suas competências resolve prorrogar por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência dos concursos públicos do Edital nº 002/2010 de 10/02/2010, DOU 11/02/2010, seção 3,

PORTARIA Nº 294, DE 12 DE ABRIL DE 2011

O Pró-Reitor de Planejamento e Gestão, no exercício da Reitoria e no uso de suas competências, resolve homologar e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de professor Substituto, conforme ao abaixo discriminado:

1 - Edital nº. 001/2011, publicado no DOU 11/01/2011 - GRST/CFAP/PRORH - Professor Substituto

A - FACULDADE DE ENGENHARIA

A.1 - Departamento de Engenharia de Produção - Processo nº 23071.000158/2011-11

Classificação	Nome	Nota
1º	Bernardo Ramos de Abreu	8,4
2º	Daniel Mazzoni da Costa	8,1

A.2 - Departamento de Energia Elétrica - Processo nº 23071.019933/2010-12

Classificação	Nome	Nota
1º	Cristiano Gomes Casagrande	8,43

ALEXANDRE ZANINI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÕES DE 7 DE ABRIL DE 2011

Nº 4.379 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua reunião extraordinária, realizada em 07 de abril deste ano, no uso de suas atribuições legais, considerando: o que determina a Portaria MPOG nº 450, de 06 de novembro de 2002, publicada no DOU de 07.11.2002; o disposto no ofício Of.DEDIR/UFOP/n.013/2011, de 07 de fevereiro deste ano, encaminhado pelo Departamento de Direito; a documentação constante do processo UFOP nº 10.514/2009, resolve: Prorrogar, por um ano, a partir de 27 de abril de 2011, a validade do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes, área Direito, de que trata o Edital PROAD nº 169/2009, publicado no DOU de 18.12.2009, realizado para o cargo de Professor Assistente, nível 1.

Nº 4.380 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto, em sua reunião extraordinária, realizada em 07 de abril deste ano, no uso de suas atribuições legais, considerando: o que determina a Portaria MPOG nº 450, de 06 de novembro de 2002, publicada no DOU de 07.11.2002; o disposto no OFÍCIO DEFAR-007/2011, de 10 de fevereiro deste ano, encaminhado pelo Departamento de Farmácia; a documentação constante do processo UFOP nº 10.933/2009, resolve: Prorrogar, por um ano, a partir de 18 de maio de 2011, a validade do resultado final do Concurso Público de Provas e Títulos para Docentes, área Farmácia, Farmacotecnica: Tecnologia Farmacêutica e de Cosméticos e Análise e Controle de Medicamentos, de que trata o Edital PROAD nº 182/2009, publicado no DOU de 22.12.2009, realizado para o cargo de Professor Adjunto, nível 1.

retificado pelo Edital 04/2010 de 10/02/2010, DOU de 17/02/2010, seção 3, homologado pela Portaria nº 291 de 13/04/2010, DOU 14/04/2010, seção 1, retificado pela Portaria nº 351 de 29/04/2010, DOU 03/05/2010, seção 1 para provimento do cargo de Professor da Carreira de Magistério Superior, abaixo relacionados:

1 - FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1.1 - Departamento de Educação

1.1.1 - Processo nº 23071.017282/2009-92 - Concurso 15 - Professor Adjunto, nível 1, Regime de Trabalho: DE.

2 - FACULDADE DE ENGENHARIA

2.1 - Departamento de Construção Civil

2.1.1 - Processo nº 23071.017762/2009-53 - Concurso 29 - Professor Adjunto, nível 1, Regime de Trabalho: DE.

3 - FACULDADE DE MEDICINA

3.1 - Departamento de Clínica Médica

3.1.1 - - Processo nº 23071.000223/2010-19 - Concurso 49 - Professor Adjunto, nível 1, Regime de Trabalho: 20 horas

4 - FACULDADE DE ODONTOLOGIA

4.1 - Departamento de Clínica Odontológica

4.1.1 - Processo nº 23071.018280/2009-11 - Concurso 53 - Professor Adjunto, nível 1, Regime de Trabalho: 20 horas

4.2 - Departamento de Odontologia Social e Infantil

4.2.1 - Processo nº 23071.000017/2010-17 - Concurso 55 - Professor Adjunto, nível 1, Regime de Trabalho: 20 horas

5 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

5.1 - Departamento de Botânica

5.1.1 - Processo nº 23071.000136/2010-61 - Concurso 64 - Professor Adjunto, nível 1, Regime de Trabalho: DE

6 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS

6.1 - Departamento de Ciências da Computação

6.1.1 - Processo nº 23071.000245/2010-89 - Concurso 70 - Professor Adjunto, nível 1, Regime de Trabalho: DE

6.2 - Departamento de Física

6.2.1 - Processo nº 23071.000294/2010-11 - Concurso 72 - Professor Adjunto, nível 1, Regime de Trabalho: DE

7 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

7.1 - Departamento de Ciência da Religião

7.1.1 - Processo nº 23071.018010/2009-18 - Concurso 76 - Professor Adjunto, nível 1, Regime de Trabalho: DE

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LUIZ REZENDE PEREIRA